



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
PAÇO MUNICIPAL

Rua Professora Noêmia Belém. nº 578 - Centro – CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 2709006/2022-CCI-PMVN

PROCESSO Nº 9/2022-0014-SRP-PMVN

ASSUNTO: Pregão Eletrônico

OBJETO: Aquisição de material para confecção de redes para pesca, no município de Vigia/PA, de acordo com o Convênio Nº 58/2022-SEDAP, Processo Nº 2022/125130, Emenda Parlamentar 22DFC33904.

Tratam os autos do **Processo 9/2022-014-SRP- PMVN**, mediante **Pregão Eletrônico**, objetivando a **Aquisição de material para confecção de redes para pesca, no município de Vigia/PA, de acordo com o Convênio Nº 58/2022-SEDAP, Processo Nº 2022/125130, Emenda Parlamentar 22DFC33904**, fundamentados na Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme solicitação, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

A contratação foi justificada, sob o argumento de atender os dispositivos legais acima citados.

Do Controle Interno

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal Nº 001/2005 de 28/03/2005, nos termos da Resolução Nº 7.739/2005 TCM/PA e do § 1º do artigo 11 da Resolução n.º 11.410/TCM-PA e suas alterações, com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 8.666/93 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, como realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades administrativas, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

Tendo em vista o processo de contratação em exame, implica em realização de despesa, demonstra-se a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

Do Processo Licitatório

A Constituição Federal, estabelece como regra a obrigatoriedade de licitação para obras, compras, serviços e alienações da Administração Pública. Nesse sentido, dispõe o já conhecido art. 37, inc. XXI, do texto constitucional: "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

O referido processo fundamenta-se no disposto das Leis Nº 8.078/90- Código de Defesa do Consumidor, Nº 8.666/1993 e suas alterações, Nº 10.520/2002, Lei Complementar Nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147/2014, Lei Complementar Nº 155/2016, Decretos Nº 3.555/2000, Nº 3.722/2001, Nº 5.450/2005, Nº 7.892/2013, Nº 8.538/2015 e Nº 9.488/2018.

Da Análise

Esta Coordenadoria verificou que inicialmente, foram obedecidos todos os transmisses legais: Memorando nº 026/2022-SEPESC da Secretaria Municipal de Pesca e Desenvolvimento Social para a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
PAÇO MUNICIPAL

Rua Professora Noêmia Belém. nº 578 - Centro – CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Secretaria Municipal de Administração-SEMAD, solicitando autorização para procedimento administrativo; Termo de Convênio Nº 58/2022-SEDAP, Processo Nº 2022/12130, Emenda Parlamentar 22DFC33904; Plano de Trabalho; Despacho da Secretaria Municipal de Administração, determinando Autuação do Processo outras providências; Termo de Autuação; Despacho da Secretaria Municipal de Administração-SEMAD ao Departamento de Contabilidade, solicitando Dotação Orçamentária e outras providências; Despacho do Departamento de Contabilidade, informando a Dotação Orçamentária; Despacho da Secretaria Municipal de Administração ao Gabinete do Prefeito, solicitando a Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira; Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, assinada pelo Prefeito Municipal; Despacho da Secretaria Municipal de Administração ao Gabinete do Prefeito, solicitando Autorização; Autorização do Prefeito Municipal; Despacho da Secretaria Municipal de Administração-SEMAD à Comissão Permanente de Licitação-CPL, solicitando Autuação do Processo Licitatório; Processo Administrativo de Licitação Autuação Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN; Portaria nº 015/2022, designando os membros da Comissão Permanente de Licitações (CPL), do Município de Vigia de Nazaré com sua composição e atribuições; Despacho da Comissão Permanente de Licitações (CPL), solicitando Parecer Jurídico; Minuta de Edital Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN e Anexos; Parecer Jurídico; Edital Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN; Certidão de Publicação; Publicação do Edital no Diário Oficial da União; Publicação do Edital no Jornal Amazônia; Publicação do Edital no Diário Oficial do Estado; **Empresa NEO BRS Comércio de Eletrodomésticos Ltda CNPJ: 07.041.480.0001/88**; Certidão Negativa de Débitos Profissional CRC/PA, Certidão de Habilitação Profissional CRC-PA, Termo de Abertura Diário Nº 4, Termo de Encerramento Diário Nº 4, Demonstrações Contábeis/2021, Termo de Autenticação JUCEPA, Consulta Simples Nacional, Carteira de Identidade Profissional Nº 018282/O-0 CRC-PA, Declarações, Relatório Calculadora Financeira SICAF, Certidão Negativa de Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias TJDFT PF, Certidão Negativa de Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) 1ª e 2ª Instâncias TJDFT PJ, Certidão Negativa de Distribuição (Especial-Ações Cíveis e Criminais) 1ª e 2ª Instâncias TJDFT PF, Certidão Negativa Correccional(ePAD, eCGU e CGU-PAD)PF, Certidão Negativa Correccional(CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)PF, Certidão Negativa de Distribuição (Especial-Ações Cíveis e Criminais) 1ª e 2ª Instâncias TJDFT PJ, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica TCU, Certidão de Débitos Trabalhistas NEGATIVA, Certidão Negativa Correccional(CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)PJ, Alvará de Licença Digital/2022 SEFIN Prefeitura Municipal de Belém/Pa, Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade PJ TSE, Certidão Negativa de Natureza Tributária PF SEFA/PA, CND Não Tributária PF SEFA/PA, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade PF TSE, Certidão de Regularidade de Natureza Tributária PJ SEFA/PA, CND Não Tributária PJ SEFA/PA, Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas PJ, Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos TCU, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União PF, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União PJ, Certidão de Débitos Trabalhistas NEGATIVA, Certidão Negativa Nº 114237 Autos Físicos 2º Grau TRT 8ª Região, Certidão Ministério do Trabalho e Previdência, CND Trabalhistas PF, Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros-CLCB, Certidão Conjunta Negativa SEFIN Prefeitura Municipal de Belém/Pa, Certidão Judicial Cível Negativa PF TJE PA, Certidão Judicial Cível Negativa PF TJE PA, Certidão Negativa Nº 114239 Autos Físicos 2º Grau TRT 8ª Região, , Certidão Negativa Nº 114235 Autos Físicos 2º Grau TRT 8ª Região, Consulta SINTEGRA, Consulta Simples Nacional, Relatório Nível V-Qualificação Técnica-SICAF, Declaração SICAF, Licença de Funcionamento SIVISA Prefeitura Municipal de Belém/Pa, Certidão Específica Digital JUCEPA, Certidão de Inteiro Teor Digital JUCEPA, Certidão Específica Digital JUCEPA, Documento do Sócio, Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos PJ TCU, CND Trabalhistas PF, Certidão Negativa Nº 114240 Autos Físicos 2º Grau TRT 8ª Região, Contrato Social, Termo de Autenticação JUCEPA, Certidão Simplificada Digital JUCEPA, Comprovante de Situação Cadastral no CPF SRFB, Alteração Contratual, Termo de Autenticação JUCEPA, Certidão Negativa Vale Veiga 1º Ofício de Protesto de Belém-PA,



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ
PAÇO MUNICIPAL

Rua Professora Noêmia Belém. nº 578 - Centro – CEP: 68.780-000 – CNPJ: 05.351.606/0001-95

COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Certidão Negativa Tabelionato de Protesto II Ofício “Moura Palha”, Certidão Negativa 3º Tabelionato de Protesto de Títulos de Belém, Certidão Distribuidor de Títulos e Documentos de Belém/PA, Certidão de Cartório de Protesto TJEPA, Atestado de Capacidade Técnica, Proposta Inicial, Ata Parcial Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN, Ranking do Processo Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN, Vencedores do Processo Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN, Ata Final Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN, Termo de Adjudicação Ata Parcial Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN, Despacho à Coordenadoria do Controle Interno para análise e parecer técnico.

No que diz respeito ao **Processo 9/2022-014-SRP-PMVN**, mediante **Pregão Eletrônico**, objetivando a **Aquisição de material para confecção de redes para pesca, no município de Vigia/PA, de acordo com o Convênio Nº 58/2022-SEDAP, Processo Nº 2022/125130, Emenda Parlamentar 22DFC33904**, foi feita a análise deste processo por este Controle Interno da página **001 a 340**, e nos termos do Processo, em face à contratação pretendida, levando-se em consideração a melhor proposta ofertada, devem ser realizados com a empresa **NEO BRS Comércio de Eletrodomésticos Ltda CNPJ: 07.041.480.0001/88**, no valor total de **R\$ 157.498,40 (Cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)**.

Salientamos, que nos respaldamos na análise feita pela **Assessoria Jurídica do Município**, no seu **Parecer Jurídico** e nas informações do **Departamento de Contabilidade**, constantes nos autos, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, assim como as demais normas legais e regulamentares.

Diante do exame dos itens que compõem este processo e da análise dos procedimentos apresentados, esta Coordenadoria de Controle Interno entende que **o Processo Licitatório e o Termo de Adjudicação**, encontram-se em ordem, podendo a Administração Pública dar sequência ao **Termo de Homologação**, para realização e execução da referida despesa e, por fim, Declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sobe pena de Crime de Responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada. Recomendamos a inserção do mesmo no Mural das Licitações do TCM/PA, conforme Resolução n.º 11.535/2014/TCM-PA (alterada pelas Resolução Nº 11.832/2015/TCM-PA e Resolução Administrativa Nº 29/2017/TCM-PA) e no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré.

Não havendo objeção quanto a sua legalidade, a Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré, após a verificação do Processo, que lhe compete, manifesta-se Favorável, ao Prosseguimento do **Processo Pregão Eletrônico SRP Nº 9/2022-014-PMVN**, conforme acima epigrafado.

É o parecer. Salvo o melhor juízo,

Vigia de Nazaré(PA), 27 de setembro de 2022.

Francisco de Assis Ribeiro Júnior
Coordenador de Controle Interno
Portaria Nº 018/2021

